



Ata da 5ª sessão extraordinária da 2ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Aos 24 (vinte e quatro dias) dias do mês de maio do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Coronel Vida, 211, Centro, às 20 (vinte) horas, foi realizada a 5ª (quinta) sessão extraordinária da 2ª (segunda) sessão legislativa da 18ª (décima oitava) legislatura, presidida pelo Vereador Egon Krambeck, secretariada pelos Vereadores Odair José Sanson Junior e Gilberto Rogalski e presentes os Vereadores Joslei Sequineli, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos, Marcos Marcel Pietralla, Rogério Czelusniak e Vagner Kachimarki, convocada para apreciar, em 2ª discussão e votação, o projeto de lei 5880/2022. Havendo número legal de Vereadores o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo povo, declarou aberta a sessão e transferiu a leitura da ata da 17ª sessão ordinária para a próxima sessão, por não ter havido tempo necessário para sua elaboração. Nada constou no expediente. O senhor Presidente solicitou que se procedesse a verificação da presença e se algum Vereador se inscreveu para fazer uso da palavra. Anotou-se a presença de todos os Vereadores. Não houve inscritos para fazer uso da palavra. Seguiu-se à ordem do dia. Em 2ª discussão e votação foi aprovado por unanimidade o projeto de lei 5880/2022. Não houve Vereadores inscritos para explicação pessoal. Nada mais havendo a ser tratado o senhor Presidente lembrou que a próxima sessão ordinária será realizada em 31 de maio, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única dos requerimentos 46 ao 48/2022 e das indicações 94 a 100/2022 e a 2ª discussão e votação dos projetos de lei 5887, 5891, 5893, 5894 e 5895/2022 e do projeto de lei complementar 32/2022. Convidou a todos para participarem da audiência pública de apresentação do substitutivo ao projeto de lei complementar 31/2021, que será realizada no dia 26 de maio, às 9 horas, na sede do Poder Legislativo. Destacou que a audiência é uma exigência legal e tratará do uso e parcelamento do solo urbano. Relatou que a matéria está sendo elaborada há mais de 2 anos e desde dezembro está na Câmara. Que passou pelas Comissões e houve a necessidade de se fazer uma porção de ajustes, tendo o Poder Executivo encaminhado o substitutivo. Pediu aos membros das Comissões Permanentes, principalmente aos Presidentes, respeitosamente, que se esforcem na medida do possível para que haja uma agilidade no encaminhamento da matéria, pois a mesma precisa ser urgentemente votada em razão da insegurança jurídica que a situação atual trás aos cidadãos, atrasando o crescimento do município e paralisando muitas construções. Pediu também o apoio dos Vereadores no trâmite do processo para que haja bom senso e entendimento para a aprovação. Disse que é difícil atender a todas as reivindicações, haja vista que uma norma dessa magnitude e abrangência envolve muitos assuntos e situações, sempre havendo alguém que se sente prejudicado e que gostaria que fosse feito diferente, mas é uma norma objetiva e deve abranger todos os munícipes. Falou que é preciso dar essa solução para a população. Que havia insistido para que a proposição fosse votada já no começo do período, mas houve entendimento de que se deveria trabalhar um pouco mais nas Comissões. Relatou que a matéria tem por base um estudo técnico realizado antes de 2019 por uma empresa contratada pela administração da época. Pediu que os Vereadores olhem o projeto com carinho e lhe deem prioridade. Que olhem para as pessoas que há muito tempo estão esperando e dependendo que isso seja decidido. Agradeceu a presença e audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo declarou encerrada a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1º Secretário.